

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 31 de agosto de 2023 às 08h32*  
*Seleção de Notícias*

## Direitos Autorais

31 de agosto de 2023 | O Globo | BR

**Órgãos de mídia bloqueiam rastreamento pela OpenAI** ..... 3  
ECONOMIA E NEGÓCIOS

31 de agosto de 2023 | Terra - Notícias | BR

**"Direito autoral não é favor": Esta é a campanha que uniu Fernanda Montenegro e outros atores brasileiros em luta por remuneração justa** ..... 5  
DIVERSÃO

## Marco regulatório | INPI

30 de agosto de 2023 | Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | RJ

**Justiça: ex-integrantes do Legião Urbana devem repartir lucros de turnê com o filho de Renato Russo** ..... 6  
BLOGS | ANCELMO GOIS

## Pirataria

30 de agosto de 2023 | O Globo Online | BR

**Receita Federal apreende cerca de R\$ 5 milhões em brinquedos falsificados no Centro do Rio de Janeiro** ..... 7  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | O GLOBO | AUTOR

## Propriedade Intelectual

30 de agosto de 2023 | Consultor Jurídico | BR

**Eduardo Ariento: Desafios jurídicos do desenvolvimento científico** ..... 8

## Órgãos de mídia bloqueiam rastreamento pela OpenAI

*ECONOMIA E NEGÓCIOS*

Órgãos de mídia bloqueiam rastreamento pela OpenAI

Criadora do ChatGPT usa robô para pegar conteúdo jornalístico a fim de alimentar sua ferramenta de IA

PARIS

Diversos jornais e veículos de comunicação de vários países decidiram bloquear a ferramenta de rastreamento de páginas da web usada pela OpenAI, a criadora do ChatGPT, com o intuito de melhorar seus modelos de inteligência artificial (IA).

Os jornais The New York Times e The Washington Post, a rede CNN, a emissora australiana ABC e as agências de notícias Reuters e Bloomberg bloquearam o acesso ao GPTBot, o rastreador de páginas da web lançado em 8 de agosto.

Outros meios de comunicação franceses seguiram o exemplo, como France 24, RFI, Mediapart, Radio France e TF1.

“Não vamos tolerar o roubo não autorizado de conteúdo”, declarou a presidente da Radio France, Sibyle Veil, na segunda-feira. “Bloqueamos esse robô da OpenAI, que captava nossos conteúdos sem autorização.”

A missão do GPTBot é coletar todos os dados e informações de páginas da web para alimentar seus modelos de IA generativa.

Mas a startup americana, que tornou público como impedir que seu robô acesse os dados de um site, enfrenta uma rejeição crescente por parte de diversas publicações.

'CHEGA DE SERMOS ROUBADOS'

De acordo com a Originality.

ai, uma ferramenta que detecta plágios, quase 10% dos sites mais importantes do mundo negaram acesso ao GPTBot duas semanas após seu lançamento.

Entre eles estão Amazon.com, Wikihow.com, Quora.

com e o banco de imagens Shutterstock. Segundo a Originality.ai, mantido esse ritmo, a proporção de sites que proíbem o acesso ao GPTBot aumentará em 5% a cada semana.

“Não há nenhuma razão para que eles se beneficiem de nossos conteúdos sem contrapartida”, afirmou Laurent Frisch, diretor de estratégia digital e inovação da Radio France.

Ferramentas da nova geração de IA, capazes de gerar conteúdos a partir de fragmentos de informação, como o chat de textos ChatGPT ou os geradores de imagens DALL-E 2, Stable Diffusion e Midjourney, tornaram-se muito populares no fim do ano passado.

De interface amigável, são ferramentas capazes de criar enorme quantidade de conteúdo a partir de comandos simples dos usuários.

No entanto, as empresas responsáveis por essas ferramentas, como a OpenAI e a Stability AI, agora enfrentam uma série de demandas de artistas e produtores de conteúdo, com o argumento de que essas ferramentas infringem **direitos** autorais.

“Chega de sermos roubados por essas empresas que obtêm lucro à custa de nossa produção”, reclamou Vincent Fleury, diretor digital da France Medias Monde, holding da France 24 e RFI.

Continuação: Órgãos de mídia bloqueiam rastreamento pela OpenAI

## REMUNERAÇÃO JUSTA

Os executivos de alguns meios de comunicação franceses também expressaram sua preocupação com a possibilidade de que seus conteúdos sejam associados a informações falsas. Eles exigem que sejam abertas discussões com a OpenAI e outras empresas de IA sobre esses tópicos.

Há ainda a preocupação de que as ferramentas de IA usem o conteúdo "pescado" da mídia para alimentar motores de busca como Google ou Bing? a Microsoft investiu US\$ 10 bilhões na OpenAI.

? Os meios de comunicação devem ser remunerados de forma justa. Nosso desejo é obter acordos de licenciamento e pagamento? afirmou Bertrand Gié, diretor da Divisão de Notícias do jornal francês Le Figaro.

A agência de notícias americana Associated Press (AP) assinou um acordo com a OpenAI em julho, que a autoriza a consultar seus arquivos desde 1985 em troca de acesso à tecnologia e expertise em IA da criadora do ChatGPT.

A OpenAI também se comprometeu a doar US\$ 5 milhões ao American Journalism Project, uma organização que apoia meios de comunicação locais, e mais US\$ 5 milhões em financiamento para ajudar na implementação de tecnologias de IA.

Um consórcio de meios de comunicação, que inclui AFP, AP e Gannett/USA Today, publicou em agosto uma carta aberta instando os líderes de empresas de IA a solicitarem permissão antes de usar seus textos e imagens para gerar conteúdo.

# "Direito autoral não é favor": Esta é a campanha que uniu Fernanda Montenegro e outros atores brasileiros em luta por remuneração justa

DIVERSÃO

Classe artística brasileira se une na campanha "**direito** autoral não é favor" pela aprovação do Projeto de Lei 2370/19.

"**Direito** autoral não é favor": Esta é a campanha que uniu Fernanda Montenegro e outros atores brasileiros em luta por remuneração justa

Enquanto o sindicato dos atores (SAG-AFTRA), ao lado do sindicato dos roteiristas (WGA), está de greve em Hollywood buscando melhores condições e remuneração mais justa dos estúdios, muitos artistas brasileiros também se uniram recentemente promovendo a campanha "**direito** autoral não é favor", em referência ao Projeto de Lei 2370/19.

Foto: Reprodução / Adoro Cinema

O projeto de lei em questão - de autoria da Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ) - prevê a revisão da nossa Lei de **Direitos** Autorais, de 1998, atualizando-a para a realidade da cultura e arte brasileira com uma legislação moderna adequada ao mundo digital. De acordo com a Agência Câmara de Notícias, "o Projeto de Lei 2370/19 estabelece regras para a publicação na **internet**, sem autorização, de obras protegidas por **direitos** autorais".

Nomes importantes do cinema e da televisão brasileira como Fernanda Montenegro, Matheus Nachtergaele, Fernanda Torres, Ângela Vieira, Cissa Guimarães, Letícia Sabatella, Bruno Mazzeo e Silvero Pereira aderiram à campanha nas redes sociais.

Qual é a situação do projeto de lei sobre **direitos** autorais?

O projeto de lei existe há quatro anos, desde 2019, mas um impasse entre os profissionais trabalhadores do setor artístico da música e do audiovisual com empresas radiofusoras atualmente tem travado seu andamento na Câmara dos Deputados.

"Não houve acordo em rela

Leia o artigo em AdoroCinema

O maior filme do cinema brasileiro vai ganhar série de TV

Nem Central do Brasil, nem Cidade de Deus: O filme de maior bilheteria do cinema brasileiro faz parte de uma trilogia

Marte Um varreu o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro: Confira todos os vencedores da noite

## Justiça: ex-integrantes do Legião Urbana devem repartir lucros de turnê com o filho de Renato Russo

*BLOGS*

A 14ª Câmara de Direito Privado do Rio negou pedido dos músicos Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá, integrantes da banda Legião Urbana (1982, que encerrou as atividades em 1996 com a morte do vocalista, Renato Russo (1960-1966). Eles terão que repartir o lucro obtido com a turnê "30 Anos de Legião Urbana", realizada entre 2015 e 2016, com a Legião Urbana Produções Artísticas. A produtora pertence ao filho de Renato Russo, Giuliano Manfredini, e detém a titularidade exclusiva da marca "Legião Urbana".

Na decisão, os desembargadores consideraram que não há como dissociar o uso do nome da banda da marca registrada no **INPI**, mesmo que, como argumentado pelos músicos, o nome da turnê tenha sido escolhido em referência ao álbum de estreia da banda. O valor a ser pago será calculado ao fim do processo.

Inscreva-se na Newsletter: Ancelmo Gois

## Receita Federal apreende cerca de R\$ 5 milhões em brinquedos falsificados no Centro do Rio de Janeiro

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Com apoio da Polícia Militar, a Receita Federal realizou na manhã desta quarta-feira uma operação de combate à **pirataria** no Centro do Rio. Durante a ação foi apreendida 1,5 tonelada de brinquedos de diversas marcas com fortes indícios de **falsificação**. O valor total da apreensão é de aproximadamente R\$ 5 milhões.

A Receita Federal ressalta que **produtos** piratas,

principalmente brinquedos, podem causar diversos males aos consumidores, principalmente crianças. O trabalho foi realizado pela Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal na 7ª Região Fiscal.

Material não atende aos requisitos legais e podem provocar danos em crianças - Foto: Divulgação / Receita Federal Inscreva-se na Newsletter: Notícias do Rio

## Eduardo Ariento: Desafios jurídicos do desenvolvimento científico

Por Eduardo Ariento

A inovação geralmente é vinculada à engenharia, física, biologia, ciências farmacêuticas, computação e ao empreendedorismo tecnológico. Porém, conforme pretendemos demonstrar, os juristas são fundamentais no suporte à criação de novos ou aprimorados produtos, serviços e processos. Nesse sentido, traçaremos os fundamentos do Direito da Inovação e discutiremos de que maneira as assessorias jurídicas poderiam desempenhar um papel mais determinante na realização desses objetivos.

Inovações demandam contínuos aperfeiçoamentos, que as organizações buscam para sobrevivência no mercado, redução de custos, eficiência, vantagens competitivas em face dos concorrentes, melhor atendimento a consumidores e cidadãos [1]. No caso brasileiro, elas estão cada vez mais associadas ao crescimento econômico [2], necessário para o Estado poder cumprir os direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

Nos processos inovativos, diferentes saberes - técnicos, científicos, mercadológicos, gerenciais e jurídicos - costumam ser necessários [3]. Os profissionais do Direito são, certamente, integrantes da inteligência coletiva exigida nas organizações inovadoras.

O fundamento dessa nova área de pesquisa reside nos artigos 218 e 219, 219-A e 219-B da Constituição, com a regulamentação da Lei nº 10.943/04 [4]. Conforme se pode perceber, seus propósitos transcendem as fronteiras das disciplinas jurídicas tradicionais. Além de conhecimentos sobre contratos, **transferência** de tecnologia e aspectos societários, a atividade inovativa demanda dos operadores do Direito tanto algum domínio sobre os aspectos regulatórios (consumidor, proteção de dados, trabalho, ambiental, empresarial, sanitário,

urbanístico, concorrencial), quanto dos instrumentos de incentivo (**Propriedade** Intelectual, Lei do Bem, Lei da Informática, Fundos Setoriais, Compras Públicas, recursos de Agências de fomento à pesquisa, de Investidores-Anjo e programas voltados a pequenas empresas) [5]. Tal campo de pesquisa busca reunir essas diversas perspectivas de forma mais coerente e sistemática [6].

A missão de inovar também nos demanda refletir acerca do sistema normativo e das assessorias jurídicas. Convém, por exemplo, reconhecer que o emaranhado normativo brasileiro, especialmente o regulatório, o tributário [7], e as suas obrigações acessórias [8] tornam o progresso tecnológico mais tormentoso. A simplificação do Direito, eliminando obrigações inadequadas e desnecessárias, com maior preocupação sobre a eficiência e controle sobre os resultados, certamente favorecerá a inovação e reduzirá a chamada "insegurança jurídica".

Para ilustrar essa questão, o antigo diretor científico da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) assim declarou:

"Pode haver outras atividades que rendam para a empresa mais ganho e mais prosperidade do que fazer pesquisa, que é algo intrinsecamente arriscado e de retorno incerto. A complexidade fiscal do Brasil, por exemplo, faz com que advogados tributaristas e contadores muito provavelmente sejam mais valiosos para uma empresa do que um engenheiro, um químico, um físico ou um biólogo. Eles ajudam a companhia a seguir regras fiscais complexas, minimizando gastos com impostos e riscos de multas." [9]

Quanto às assessorias jurídicas, parece fundamental que os seus membros compreendam bem a função social, os modelos de negócio e as formas pelas quais as organizações a que estão vinculados se relacionam



Continuação: Eduardo Ariento: Desafios jurídicos do desenvolvimento científico

com as demais entidades públicas e privadas. Ao menos nos projetos inovativos de maior envergadura, costuma-se estabelecer parcerias entre governos, empresas e universidades (Tríplice Hélice), como também valorizar ideias, recursos e experiências de outras organizações (Inovação Aberta) [10].

Parece claro também que os profissionais do Direito precisam participar mais ativamente das decisões mais relevantes das instituições. As consultorias jurídicas que trabalham fundamentalmente como revisoras de contratos e subscritoras de pareceres distantes dos problemas cotidianos, talvez não atendam às exigências das organizações que desejam inovar. Juristas sem a devida consciência dos seus papéis nesse processo, da necessária agilidade

operacional e de alguma flexibilidade de entendimento, podem ser fatores de ineficiência organizacional, prejudicar oportunidades de financiamentos e de alianças estratégicas.

Em suma, o Direito da Inovação emerge como um campo de investigação que possui como principal missão promover os avanços científicos e tecnológicos. A inovação é um processo multifacetado complexo, que exige dos profissionais do Direito habilidade para navegar por instrumentos de incentivo e regulatórios, tendo em vista não apenas o fortalecimento econômico das firmas e melhores serviços públicos, mas principalmente, a melhoria da qualidade de vida da população.

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**  
3, 5

**Marco regulatório | INPI**  
6

**Pirataria**  
7

**Propriedade Intelectual**  
8

**Inovação**  
8